

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES:

SALÁRIO E REMUNERAÇÃO:

1. Cumprimento da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério como Básico da Carreira e pagamento estendido aos funcionários de escola e aos aposentados sem paridade;
2. Criação de política salarial específica para funcionários de escola;
3. Excluir da base do cálculo do completo do piso regional qualquer outra rubrica que não seja o vencimento básico do servidor de escola.
4. Vale-refeição: correção dos valores, tendo pagamento proporcional a carga horária e fim do estorno;
5. Investimento dos 35% na Educação, previstos na Constituição Estadual;
6. Transparência na aplicação dos recursos do FUNDEB;
7. Revisão do vale-transporte com pagamento proporcional ao gasto dos trabalhadores em educação, e com o fim da coparticipação;
8. Definir uma data base para todos os servidores públicos;
9. Fim do desconto previdenciário dos aposentados e com devolução corrigida dos valores;
10. Cobrança dos valores desembolsados pelos professores durante a pandemia;
11. Lutar por insalubridade e/ou periculosidade para monitores;

CARREIRA:

1. Imediata atualização das avaliações dos professores e funcionários, realizar das promoções e a retomada dos grupos de avaliação dos trabalhadores em educação;
2. Realização sistemática de concursos, prevendo a criação de banco de concursados;
3. Liberação de professores e funcionários para realização de cursos de qualificação;
4. Não às terceirizações de professores e funcionários.

PREVIDÊNCIA E SAÚDE DO TRABALHADOR:

1. Manutenção do IPE Saúde Público e de Qualidade com Ampliação dos Serviços (Ex: odontológico, psicológico, fisioterapêutico, dentre outros) e ampliação do programa facilitadores, para atendimento presencial dos segurados;
2. Garantia de paridade e integralidade salarial entre ativos e inativos;
3. Transparência e prestação de contas dos recursos do IPE, respeitando as decisões do Conselho Administrativo do Instituto;
4. Não aceitar nenhum reajuste na contribuição para o IPE-Saúde e nem a cobrança dos dependentes;
5. Exigir direito à acompanhante/assistência para usuários idosos com enfermidades.

CONDIÇÕES DE TRABALHO E SEGURANÇA:

1. Concurso para Funcionários (do Administrativo, da infraestrutura e da interação com o educando, inclusive para o atendimento de alunos com deficiência) e Professores e especialistas com imediata nomeação;
2. Exigir do governo políticas de segurança para todas as escolas;
3. Exigir, por parte do Governo, políticas que cuidem da Saúde do Trabalhador, que atendam também a demanda da saúde mental, que se tornou ainda mais urgente no pós-pandemia;
4. Garantir as necessidades estruturais específicas às escolas de campo, indígenas e quilombolas;
5. Melhorar permanentemente as estruturas físicas das escolas, garantindo melhores condições de trabalho, (quadras de esportes, bibliotecas, laboratórios, refeitórios, etc.);
6. Contra a municipalização, privatização e a terceirização da Educação;
7. Pagamento da insalubridade dos funcionários contratados e fora do quadro de funcionários;
8. Alterar o decreto que proíbe o uso do transporte escolar por professores e funcionários, nos casos em que não houver alternativa;
9. Rever tabela de funcionários por escola (nº de salas totais, nº de alunos, nº de refeições);

PEDAGÓGICO:

1. Fortalecer a autonomia pedagógica, administrativa e financeira das escolas, garantindo a Gestão Democrática;
2. Reestruturação dos espaços físicos das Escolas;
3. Construir com a comunidade escolar a implantação do Ensino Médio Integral;
4. Revogação do Novo Ensino Médio;
5. Criação de espaços de discussão a respeito da avaliação;
6. Promoção de discussões acerca dos processos de inclusão;
7. Exigir que seja cumprida a legislação específica sobre Inclusão Escolar;
8. Garantir o funcionamento dos espaços pedagógicos nas escolas (bibliotecas, laboratórios, etc...);
9. Garantir que a carga horária total de professores e funcionários seja cumprida em uma única escola;
10. Garantir e manutenção da oferta de vagas nos EJAs e NEEJAs;
11. Campanhas de informação, comunicação e educativas sobre a luta contra o feminicídio e a violência contra a mulher, contra a LGGBTQIA+FOBIA e antirracista.);
12. Exigir que o Governo ofereça as condições para que os alunos ingressem, frequentem e permaneçam nas escolas do campo, indígenas e quilombolas;
13. Respeitar as diretrizes da educação do campo, indígena e quilombola.
14. Ofertar turno inverso para aulas de reforço, buscando a real recuperação do conhecimento defasado durante a pandemia e designar professores com carga horaria para dar aulas de reforço em turno inverso;
15. Lutar para que as escolas sejam de tempo integral, mas que os alunos recebam bolsa para que não precisem trabalhar;
16. Lutar pelo aumento da carga horária destinada ao planejamento dos professores.

Porto Alegre, 03 de março de 2022.

ASSEMBLEIA GERAL CPERS/Sindicato.